

FHE

FH troca o sinal

Reflete a preocupação do chefe de um partido com o embate eleitoral

O presidente Fernando Henrique Cardoso surpreendeu o País no início da semana ao afirmar, em entrevista a um jornal carioca, que 96 será o ano em que o governo começará a gastar. "Acabou a fase das pequenas economias orçamentárias", teria dito o presidente. Até aquele momento, o sinal que a equipe econômica estava emitindo era de que 96 será o ano do ajuste fiscal. O presidente trocou o sinal e colocou em dúvida as verdadeiras prioridades do governo federal este ano. Alguns analistas atribuem as declarações do presidente apenas ao clima de fim de ano, quando tradicionalmente os políticos reafirmam suas promessas de reforçar os gastos sociais. Outros acreditam que as afirmações já refletem a preocupação do chefe de um partido político com o embate eleitoral deste ano.

O País saiu do ano de 1995 com um déficit operacional (receitas menos despesas, inclusive o pagamento de juros das dívidas externa e interna) da ordem de 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB). As finanças dos Estados estão em frangalhos e a dívida pública apresentou um crescimento de mais de 60% em 1995. Num quadro desses, não parece razoável que Fernando Henrique queira agora que o governo comece a gastar. Mesmo porque os números sobre o primeiro ano do seu governo mostram que a meta de "começar a gastar" já foi perfeitamente cumprida em 1995, quando as despesas da União subiram, em média, mais de 30% em relação a 1994.

Talvez as afirmações do presidente expressem apenas a sua ansiedade com a crítica, feita pela oposição e pela Igreja católica, de

falta de iniciativa do governo na área social. Embora o seu governo tenha apresentado resultados bastante positivos no combate à inflação, Fernando Henrique é acusado de não ter feito quase nada na área social. Se esse for o caso, talvez tenha que se conformar com as limitações orçamentárias para os investimentos. Estudos realizados pelo Ministério do Planejamento mostram que os investimentos da União estão se man-

tendo no irrisório patamar de 2,5% do PIB nos últimos anos. Simplesmente porque os recursos disponíveis estão sendo consumidos basicamente no pagamento dos servidores ativos e inativos, nos gastos com a Previdência Social e no pagamento dos juros das dívidas interna e externa.

Uma alternativa para a ansiedade do presidente seria aumentar a

dívida pública ou a emissão de moeda para financiar os gastos sociais — o que representaria duro golpe no Plano Real. Outra alternativa é realizar um programa de austeridade, com o objetivo de obter um superávit fiscal este ano e abrir espaço para o setor privado crescer. Existe um consenso entre os economistas de que sem uma redução do déficit público é impossível reduzir de forma expressiva as taxas de juros. Sem uma queda dos juros, a economia do País continuará patinando e a União pagando quantias astronômicas de juros de sua dívida interna (Em 95, essa despesa ficou em torno de R\$ 12 bilhões). Sem crescimento não haverá "programa social" que consiga dar um jeito no terrível quadro de desigualdades do País.

O presidente talvez teria sido mais feliz se tivesse afirmado que 96 será o ano em que o governo gastará melhor os escassos recursos públicos. Existe na área de saúde, além da crônica falta de recursos, um problema de gestão. O próprio presidente chegou a admitir essa realidade, em sua entrevista.

Disse que a área de saúde é um poço sem fundo. Embora a União tenha dobrado em 95, em relação a 94, os valores destinados ao setor, não houve nenhuma melhora visível nos serviços prestados à população.

(No caso da área de saúde, o aumento das despesas em 96 dependerá basicamente da aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o imposto sobre cheques, pela Câmara dos Deputados. A CPMF já foi aprovada em dois turnos pelo Senado. Há resistências no PFL a essa nova contribuição. Se não for aprovada, o setor vai perder cerca de R\$ 6 bilhões e o presidente terá dificuldades para manter o ministro Adib Jatene no governo).

O sinal trocado de FH preocupa também porque pode estimular os governadores, que deveriam se preocupar este ano com o equilíbrio das contas estaduais, a mudar de planos. Afinal, a maioria deles também é chefe político e está interessada em eleger o maior número de prefeitos em seus Estados. Os governadores precisam, principalmente, reduzir as despesas com o pagamento de salários — o que implica em demissões. Os chefes dos executivos estaduais terão três anos, a partir deste mês, para que os gastos com os salários fiquem no limite de 60% da receita líquida, como manda a lei complementar 82, apelidada de lei Rita Camata, em referência à deputada pelo PMDB do Espírito Santo, autora do projeto. Todos os Estados estão, atualmente, acima desse limite. Mas, a partir deste, eles terão que reduzir em um terço, a cada ano, a diferença entre o percentual atualmente gasto e o limite de 60%. Em janeiro de 1999, o limite de 60% estará em vigor. No Brasil, há leis que pegam e outras que não pegam. É difícil saber se a Lei Rita Camata vai pegar. Mas, certamente, o sinal trocado emitido por FH não ajuda

